
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

35 Pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, deu início aos
36 trabalhos, tendo de acordo com o artigo 25.º do Regimento, iniciado os mesmos, com o período
37 antes da ordem do dia:

38

39 Pelo Primeiro-Secretário da Mesa, foi efetuada a leitura do expediente, que aqui se dá como
40 reproduzido e transcrito, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte
41 integrante.

42

43 De seguida procedeu-se à análise e votação da ata:

44 - **Sessão ordinária realizada em 29 de junho de 2023.**

45 Intervenções:

46 O Deputado Eduardo Costa disse que, na página 3, linha 85, não é uma comissão de
47 acampamento, mas de acompanhamento e na página 9, linha 275, está apenas uma das três
48 questões que colocou à Sr.ª Presidente da CPCJ, que foram sobre o funcionamento da CPCJ, a
49 organização processual e o apoio a famílias.

50 O Presidente colocou a ata a votação com as correções sugeridas.

51 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

52

53 O Presidente da Assembleia informou que foram entregues à Mesa três Moções, a **Moção**
54 **“Travessia Fluvial Rio Sado”** e a **Moção “Exigir do Governo medidas para reduzir o valor das**
55 **rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação”** apresentadas pela Bancada
56 da CDU e a **Moção “Semana Europeia da Mobilidade”** apresentada pela Bancada do PS.

57

58 **A Moção “Travessia Fluvial Rio Sado”**, apresentada pela Bancada da CDU, foi lida pelo Deputado
59 José Guerreiro, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexo à presente ata, da
60 mesma fazendo parte integrante.

61 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação.

62 **A Moção “Travessia Fluvial Rio Sado”, foi aprovada por unanimidade.**

63

64 **A Moção “Exigir do Governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e**
65 **assegurar o direito à habitação”**, apresentada pela Bancada da CDU, foi lida pelo Deputado Filipe
66 Antunes, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexo à presente ata, da mesma
67 fazendo parte integrante.

68 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação.

69 **A Moção “Exigir do Governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e**
70 **assegurar o direito à habitação”, foi aprovada por maioria com 11 votos contra do PS.**

71
72 **A Moção “Semana Europeia da Mobilidade”,** apresentada pela Bancada do PS, foi lida pelo
73 Deputado Eduardo Costa, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexo à presente
74 ata, da mesma fazendo parte integrante.

75 **Intervenções:**

76 A Deputada Inês Freitas disse que, são a favor da Semana Europeia da Mobilidade, mas
77 encontram algumas discrepâncias na moção, nomeadamente quando refere que Alcácer não pode
78 ficar de fora, porque não é verdade que Alcácer do Sal esteja de fora e não vem referido as
79 medidas que o executivo tem adotado, como a aquisição de viaturas municipais híbridas entre
80 tantas outras. Em relação à gratuitidade dos bilhetes do NÓNIO referiu que, como a Semana
81 Europeia da Mobilidade termina hoje, não sabe para quando seria essa medida. Disse que, estão
82 por esclarecer várias questões e não sabe se a Bancada do PS quer reformular o texto da moção.

83
84 O Deputado Eduardo Costa referiu que, não poderá ficar de fora, não quer dizer que está de fora e
85 não nomearam as coisas boas que já existem e que são de manter e as sugestões são para terem
86 ainda uma melhor política. Disse que, hoje é o último dia da Semana Europeia da Mobilidade, que
87 poderá e deverá acontecer todos os anos e que a sensibilização deve ser feita de forma contínua,
88 porque as atitudes e as práticas levam décadas a mudar e as sugestões são dadas para o futuro.

89
90 O Deputado Filipe Antunes referiu que, de um modo geral a moção tem pontos de louvar, mas não
91 menciona o comboio, que é uma questão que os eleitos da CDU andam a reclamar há bastante
92 tempo.

93
94 O Deputado José Santana disse que, para além da questão do comboio, também deveria estar
95 refletido na moção, que deveria haver uma boa rede de transportes públicos.

96
97 O Deputado Jacinto Vinagre referiu que, nos concelhos vizinhos, principalmente a Sul, há
98 propriedades de cultivo intensivo com todos os problemas que as mesmas acarretam para o
99 ambiente com muitos pesticidas. Disse que, estão numa Assembleia Municipal a reclamar uma
100 Semana da Mobilidade, que é uma boa iniciativa, mas o concelho de Alcácer do Sal, nesse aspeto,
101 tem um ambiente favorável. Acrescentou que, não havendo comboio nem uma boa oferta de
102 transportes públicos, obriga a utilização de viaturas próprias com os problemas ambientais que isso

103 acarreta. Considerou que, a moção tem pontos positivos e que devem preservar e lutar pelo
104 ambiente todos os dias.

105

106 A Deputada Laura Santos questionou, o Deputado Jacinto Vinagre, se a semana da mobilidade é
107 uma questão de somenos importância que não tem dignidade para ser discutida numa Assembleia
108 Municipal.

109

110 O Deputado Eduardo Costa disse que, as sugestões que apresentaram na moção, tudo o que está
111 a ser feito e todas as sugestões que foram apresentadas na assembleia, são bem-vindas.

112

113 O Deputado Jacinto Vinagre disse que, não quis desvalorizar uma Semana da Mobilidade, que é
114 bem-vinda, mas não pode ser só uma semana, tem de ser sempre.

115

116 O Presidente da Assembleia perguntou ao Grupo Municipal do PS se há algum espaço para alterar
117 a Moção de acordo com as sugestões dos Grupo Municipal da CDU.

118

119 O Deputado Eduardo Costa disse que vão manter a moção com está.

120

121 O Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação.

122 **A Moção "Semana Europeia da Mobilidade", foi rejeitada por maioria com 13 votos contra da CDU.**

123

124 **Interpelação ao Executivo:**

125 O Deputado Miguel Saraiva Lima referiu que, quando se deslocava para a assembleia, reparou que
126 o parque urbano tinha uma grande quantidade de luzes acesas. Questionou se não seria possível
127 fazer os trabalhos durante o dia ou reduzir o número de luzes.

128

129 O Deputado Eduardo Costa disse que o artigo 4º, número 2, alínea g) do Regimento da Assembleia
130 Municipal refere que é sua competência conhecer e tomar posição sobre os relatórios e outras
131 questões, mas o relatório da Inspeção-Geral das Finanças e o relatório de Atividades da Autoridade
132 de Transportes não foram enviados para conhecimento da Assembleia Municipal. Referiu que, leu
133 o relatório de Atividades da Autoridade de Transportes e verificou os 9 130 passageiros optam pelo
134 bilhete simples, o que é uma utilização esporádica. Disse que, também verificaram que as
135 informações que são prestadas nos relatórios de atividades trimestrais os números de utilizadores
136 não coincidem com este relatório e que no relatório de setembro, outubro e novembro de 2022, os

137 números foram inflacionados em 200 passageiros. O Deputado Eduardo Costa questionou o
138 porquê de os relatórios não virem à Assembleia Municipal e quais são os objetivos na criação do
139 projeto NÓNIO.

140

141 A Deputada Sofia Carvalho referiu que os números de apoios sociais aumentaram, passando de 2
142 para 5 pessoas, no valor de 606 euros. Questionou se foi uma situação pontual, se foi um
143 arrastamento dos apoios de um mês para o outro ou se foram as necessidades do concelho que
144 aumentaram.

145

146 O Deputado Duarte Dimas referiu que, na obra do Centro de Fruição do Rio Sado, os caixotes do
147 lixo foram movimentados e ficaram a ocupar lugares de estacionamento. Questionou se houve
148 algum estudo prévio e se não havia alternativa, porque o estacionamento é caótico e vão perder
149 alguns lugares de estacionamento. Questionou se a falta de iluminação daquela zona tem a ver
150 com as obras.

151

152 O Deputado Manuel Farrombão disse que tem duas questões relacionadas com a água na
153 Freguesia de São Martinho. A primeira questão tem a ver com a água doméstica, porque este ano
154 voltaram a ter problemas com o abastecimento de água, foi pontual, mas tiveram de ser
155 abastecidos pelos bombeiros. Sugeriu que se verificasse junto da entidade que gere a água essa
156 situação e que se limpasse a zona onde estão os furos. A segunda questão é sobre um estudo de
157 viabilidade de uma barragem na Ribeira de São Martinho, feito há cerca de 40 anos, que vinha
158 favorecer a capacidade de rega na zona de Palma e na Freguesia de São Martinho. Considerou
159 que, se deveria fazer um esforço junto do Ministério para saber da viabilidade de construção dessa
160 barragem.

161

162 O Deputado Hortênsio Sousa solicitou uma apreciação relativamente ao transporte gratuito para a
163 praia da Comporta durante o verão. Questionou em ponto está o processo de desassoreamento do
164 Rio Sado junto à cidade de Alcácer do Sal.

165

166 A Deputada Ana Paula Júlio disse que, se tem assistido ao longo de vários meses a uma
167 degradação do espaço urbano do concelho, ao nível da limpeza das ruas, dos espaços públicos, da
168 limpeza e da manutenção dos espaços verdes do concelho e para ilustrar essas situações projetou
169 várias imagens. Acrescentou que, são ruas onde a manutenção periódica e a recolha de lixos e
170 monos é esporádica ou insuficiente e cuja recolha é tardia e deficitária e de espaços verdes pouco

171 cuidados ou abandonados, que parecem só serem lembrados em alturas de festas. Questionou
172 como se explica este cenário, porque não bastará colocar o ónus nos prevaricadores, que são em
173 muito menor número do que os outros munícipes que merecem um espaço limpo e condigno, nem
174 colocar o ónus na falta de trabalhadores numa divisão de serviços urbanos com um total de 150
175 trabalhadores competentes e esforçados. Questionou o que falta a esse nível a uma cidade que se
176 quer com vida, porque não são estas as condições que todos merecem.

177
178 O Deputado Hélder Montinho questionou sobre o ponto de situação do projeto de requalificação do
179 Bairro Miguel Torga no Torrão, que tem conhecimento que foi aprovado em Reunião de Câmara.

180
181 O Deputado António Birra disse que o problema das baratas continua no Torrão e que parece
182 impossível que os serviços camarários não deem por nada e não participem essa situação.
183 Referiu que se deveria colocar um sifão nas sarjetas que não têm, porque tem um odor
184 desagradável e acumulam muitos bichos.

185 Disse que, tarda em ser executada a obra no Largo da Praça Bernardim Ribeiro, apesar de ter sido
186 uma promessa eleitoral do executivo.

187
188 O Deputado João Almeida questionou se seria possível fazer um ponto de situação sobre a
189 Estratégia Local de Habitação em Alcácer do Sal, passado quase um ano de terem aprovado
190 algumas alterações, nomeadamente o cronograma, que lhes parece que não está a ser cumprido.

191
192 O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara e aos Vereadores do
193 executivo permanente para responderem às questões colocadas.

194 A Vereadora Ana Soares, em relação à questão colocada pelo Deputado João Almeida, sobre a
195 Estratégia Local de Habitação disse que, o concurso de conceção/construção vai ser publicado na
196 próxima segunda-feira num jornal europeu.

197 Relativamente às questões colocadas pelo Deputado António Birra, a Vereadora Ana Soares disse
198 que a questão das baratas está a ser acompanhada pela equipa local do Torrão, pelos técnicos e
199 pelo Chefe de Divisão.

200 Sobre a colocação de sifões nas sarjetas, a Vereadora Ana Soares referiu que se as sarjetas
201 deitam cheiro é porque existem ligações que não estão corretas, porque não podem receber águas
202 residuais e é importante localizar essas sarjetas, não para colocar um sifão, mas para localizar o
203 problema.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

204 A Vereadora Ana Soares, em relação ao Largo Bernardim Ribeiro, disse que o mandato termina
205 daqui por dois anos, é uma promessa eleitoral e a obra será executada quando houver capacidade
206 de execução.

207

208 A Vereadora Ana Soares, em relação à questão dos espaços verdes, colocada pela Deputada Ana
209 Paula Júlio, projetou uma apresentação feita pela equipa de limpeza pública sobre essa questão.
210 Referiu que, os resíduos têm duas formas de recolha, a recolha em alta é feita pela AMBILITAL nos
211 ecopontos e a recolha em baixa é feita pelo Município nos contentores verdes.

212 Em relação aos papelões e aos resíduos junto aos contentores disse que, no dia 22 de agosto
213 fizeram uma sensibilização porta-a-porta aos grandes produtores no sentido de minimizar o
214 problema e sensibilizar. Acrescentou que, o Município de Alcácer do Sal foi o único da AMBILITAL,
215 que adjudicou a uma empresa externa a recolha dos ecopontos no concelho, no período de verão,
216 mas essa empresa não conseguiu dar resposta e ainda agudizou o problema. Referiu que, a
217 recolha do papelão é feita todos os dias e mostrou imagens de papel colocado no chão ao lado de
218 um papelão que não estava cheio. Disse que é um compromisso diário que não consegue ter uma
219 resolução imediata e tem de haver ainda mais sensibilização, para que as pessoas tenham uma
220 viragem no seu método de utilização de um espaço que é de todos.

221

222 Relativamente à questão sobre a água, colocada pelo deputado Manuel Farrombão, a Vereadora
223 Ana Soares disse que tem insistido junto da AGDA-Águas Públicas do Alentejo, para que nas
224 zonas onde existem captações de águas feitas por drenos, seja feita a limpeza desses mesmos
225 drenos, porque se não forem limpos, reflete-se nas reservas de água dentro dos depósitos.

226 Sobre a questão relativa aos contentores na obra do Centro de Fruição do Rio Sado, colocada pelo
227 Deputado Duarte Dimas, a Vereadora Ana Soares disse alguns moradores daquela zona
228 contataram o município no sentido de ser alterada a localização dos contentores. Referiu que
229 colocaram a questão ao projetista e não sendo possível colocar em profundidade, a opção foi
230 colocar os contentores de superfície e estão a estudar a possibilidade de colocar alguns lugares de
231 estacionamento em espinha. Informou também que, na zona da obra a iluminação teve de ser
232 desligada.

233

234 A Vereadora Ana Soares, relativamente à questão do Deputado Saraiva Lima, sobre as luzes no
235 Parque Urbano, referiu que as luzes estavam ligadas porque estavam a trabalhar e que as luzes
236 são desligadas a partir de uma determinada hora através de um relógio.

237

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

238 A Vereadora Vera Letras em relação à questão colocada pela Deputada Sofia Carvalho, sobre os
239 apoios sociais disse que, com a transferências de competências, desde abril, houve um aumento
240 de atendimentos, passaram de 10 a 15 para cerca de 50 atendimentos mensais, porque receberam
241 o serviço de atendimento e acompanhamento social da Segurança Social. Acrescentou que, o
242 aumento de atendimentos não quer dizer que aumente os apoios pecuniários, que são atribuídos
243 de acordo com a avaliação que é feita e de acordo com as características e rendimentos de cada
244 agregado familiar.

245

246 O Presidente da Câmara em relação à questão colocada pelo Deputado Eduardo Costa sobre o
247 relatório da Inspeção-Geral de Finanças, disse que a Câmara tomou conhecimento do relatório, da
248 análise do Tribunal de Contas e do arquivamento do processo completo.

249 Sobre a questão do NÓNIO, o Presidente referiu haver uma contradição entre a moção
250 apresentada sobre a mobilidade e a questão que está a ser colocada. Acrescentou que, o bilhete
251 simples é aquele que mais procura, se há alguma discrepância nos números ninguém reparou e de
252 janeiro até final de agosto de 2023 foram feitas no NÓNIO 8.434 viagens.

253 Sobre a questão do Bairro Miguel Torga, o Presidente referiu que não é necessário responder
254 porque o Presidente da Freguesia do Torrão deu logo a resposta.

255

256 O Deputado Eduardo Costa disse que, as perguntas concretas dos Deputados do PS não são
257 respondidas, nomeadamente, a Deputada Ana Paula Júlio colocou questões concretas, mas a
258 Vereadora Ana Soares elucidou sobre as atividades dos serviços mas não respondeu, assim como
259 o Presidente também não respondeu a duas perguntas concretas que fez, sobre o porquê do
260 relatório da IGF não ter vindo à Assembleia, como determina o Regimento e quais eram os
261 objetivos para a criação do transporte do NÓNIO e, agradecia que fossem respondidas as questões
262 que ficaram em branco.

263

264 O Deputado João Almeida disse que a estratégia local de habitação é muito importante na
265 resolução local do problema da habitação e voltou a perguntar que concurso público de
266 conceção/construção foi lançado, se o cronograma que aprovaram está a ser cumprido e se não
267 está se podem dar garantias que será cumprido.

268

269 A Deputada Ana Paula Júlio referiu que, sobre a questão da recolha dos lixos a Vereadora Ana
270 Soares mostrou exemplos de que há os tais prevaricadores, mas se há prevaricadores tem de
271 haver fiscalização e mais sessões e ações de sensibilização junto da população para que não

272 aconteçam essas situações. Disse que a sua questão sobre a manutenção dos espaços verdes e
273 dos equipamentos públicos, manutenção dos espaços urbanos e limpeza não foi respondida.

274

275 O Deputado Filipe Antunes, sobre a problemática da saúde, questionou se há novidades por parte
276 do Ministério da Saúde sobre o Centro de Saúde e Hospital, que está muito degradado. Questionou
277 também, porque ainda não se iniciou a construção da extensão de saúde de Santa Susana.

278

279 O Deputado Hortênsio Sousa solicitou que, o executivo respondesse às suas questões sobre o
280 transporte gratuito para a praia da Comporta e o desassoreamento do Rio Sado.

281 Disse que, as recolhas dos ecopontos são tratadas e recolhidas pela AMBILITAL, que está a ter
282 uma gestão caótica. Questionou o porquê de estarem cerca de mil contentores da AMBILITAL, em
283 Ermidas do Sado, que não estão a ser utilizados.

284

285 O Deputado Jacinto Vinagre disse que as questões da saúde e da habitação, são os dois maiores
286 problemas que têm em Portugal. Questionou se o executivo tem algumas respostas em relação ao
287 melhoramento do Centro de Saúde de Alcácer do Sal e sobre a situação dos médicos em
288 Casebres.

289

290 A Vereadora Ana Soares disse que, em relação à limpeza pública, os exemplos que apresentou
291 elucidam que é sempre um trabalho inacabado, a sensibilização é fundamental para mudar as
292 mentalidades, que pode ser feita de várias formas e têm esse desafio pela frente. Acrescentou que,
293 a AMBILITAL presta um serviço ao município e às pessoas do concelho e tem um papel
294 preponderante nomeadamente com o reforço das baterias de contentores, mas estão contentores
295 há mais de um ano e meio nas instalações da AMBILITAL por colocar no concelho e existe a
296 necessidade de fazer um reforço em toda a zona litoral durante o período de verão. Referiu que, a
297 recolha dos resíduos e a limpeza do espaço público é fundamental, cada vez mais as pessoas se
298 preocupam com essas questões e devem servir cada vez melhor a população.

299

300 O Presidente relativamente às questões do Deputado Hortênsio Sousa, disse que foi um transporte
301 gratuito para as praias, nos meses de julho e agosto, foram feitas 1383 viagens para a praia da
302 Comporta, foi um projeto pioneiro da CIMAL que envolveu 10 praias do Litoral Alentejano. Informou
303 que, várias pessoas enviaram mensagens à Câmara agradecendo a oportunidade de irem à praia
304 da Comporta. Em relação à questão sobre o desassoreamento do Rio Sado, o Presidente informou
305 que foi aprovado em reunião de Câmara a minuta de um protocolo com a APA - Agência

306 Portuguesa do Ambiente, onde está previsto a Câmara Municipal substituir-se ao Estado e lançar o
307 procedimento concursal para uma intervenção de engenharia relativamente ao desassoreamento
308 do Rio Sado.

309 Sobre a questão do Deputado João Almeida, o Presidente referiu não ter nada a acrescentar ao
310 que a Vereadora Ana Soares respondeu.

311 Em relação à questão do Deputado Filipe Antunes, sobre as obras no Centro de Saúde e no SUB,
312 o Presidente informou que mandaram uma nova carta ao Ministro da Saúde e continuam a
313 aguardar que as obras sejam feitas. Disse que a obra a extensão de saúde de Santa Susana tarda
314 em iniciar.

315 O Presidente considerou que as outras questões foram respondidas anteriormente.

316

317 O Deputado Eduardo Costa disse, que há dois anos, quando iniciaram funções, interveio referindo
318 o espírito colaborativo que iriam ter na Assembleia Municipal e hoje, mais uma vez, há questões
319 que não são respondidas.

320 O Deputado Eduardo Costa disse que, no relatório da autoridade dos transportes apenas é referida
321 a mobilidade e a moção que apresentaram foi no sentido de melhorar a mobilidade urbana da
322 cidade. Em relação ao NÓNIO, disse que, se o objetivo era o apoio social, os 22 passes sociais ao
323 longo de 2022, não foram muitos, mas foram importantes, se era descongestionar o trânsito em
324 determinadas zonas da cidade isso não aconteceu e se é descarbonizar também não aconteceu,
325 porque ao longo de 2022 as viaturas fizeram 66 mil Km, com uma emissão de 115 toneladas de
326 CO₂, que é muito considerando o número de passageiros. O Deputado Eduardo Costa propôs que
327 se rentabilize muito mais o transporte do NÓNIO, não só, mas principalmente, com os jovens para
328 a zona escolar.

329

330 A Deputada Inês Freitas disse que, a questão do NÓNIO é importante, mas não estão a focar o
331 essencial da questão de que Alcácer do Sal deixou de ter comboio. Referiu que, o executivo tem
332 dado provas que aposta na descarbonização, adquirindo viaturas híbridas e elétricas. Considerou
333 que, o NÓNIO é um serviço essencial e nem que servisse apenas uma ou duas pessoas é um
334 serviço público para servir a população.

335

336 O Deputado João Almeida referiu que, ficou demonstrado o interesse que o executivo tem na
337 estratégia local de habitação.

338

339 A Deputada Laura Santos sobre a questão dos comboios, disse que todos os residentes em
340 Alcácer do Sal conhecem essa situação. Referiu que, não desvalorizaram o NÓNIO e que
341 apresentaram propostas a nível social e ambiental. Disse que, presenciou no primeiro dia de aulas,
342 funcionários municipais fazerem uso dos veículos da Câmara Municipal para levar os seus filhos à
343 escola.

344

345 O Presidente da Assembleia disse a Deputada Laura Santos fez acusações graves.

346

347 O Deputado José Santana disse que, o Governo do PS diz que os portugueses e a economia estão
348 melhores, mas na realidade os portugueses não sentem a melhoria da economia, fruto de políticas
349 desastrosas do Governo do PS, que fez uma transferência de competências para os municípios
350 que não é mais do que uma transferência de prejuízos e o Governo não cumpre a sua
351 responsabilidade de colocar profissionais nas escolas.

352

353 O Presidente sobre os espaços verdes e a higiene urbana, disse que é pena que não consigam ver
354 os espaços públicos que estão limpos, na cidade e em todo o concelho. Acrescentou que, é uma
355 matéria difícil, num município com uma área geográfica muito grande e numa cidade com um
356 sistema urbano complexo, mas tem de estar preparados para dar resposta e tem uma cidade limpa
357 e bem tratada de um modo geral.

358 O Presidente referiu que, nos meses de verão, aumenta os resíduos e que o Município está a
359 ultrapassar as suas competências relativamente aos ecopontos, porque deveria ser a empresa
360 intermunicipal a AMBILITAL a recolher esses materiais.

361 Disse que, é com frequência que as equipas lavam as ruas e fazem um grande esforço nessa
362 matéria.

363 O Presidente disse que, percebeu a insistência em o executivo falar sobre o relatório de
364 transportes, porque depois o Deputado Eduardo Costa fez os seus considerandos. Recordou que,
365 havia em 2006 transportes públicos urbanos em Alcácer do Sal, que a força política que ganhou as
366 eleições 2005 terminou e que foram retomados há pouco tempo com o NÓNIO, que é o possível
367 neste momento, exige um grande esforço e estão atentos à questão do custo benefício, mas está a
368 ser um grande serviço para quem dele necessita.

369

370 **Intervenções do Público:**

371 No período de intervenção do público não houve inscrições.

372

373 Ordem do dia

374

375 **01 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia efetivo e um substituto para representação**
376 **no XXVI Congresso da Associação Nacional Municípios Portugueses a realizar no dia 30 de**
377 **setembro de 2023, no Seixal;**

378 **Intervenções:**

379 O Presidente da Assembleia questionou se as Bancadas têm alguma lista a indicar.

380 Foram apresentadas duas listas:

381 - A Lista A, apresentada pela Bancada da CDU, propôs como efetiva, Maria José Coelho Martins,
382 Presidente da Junta de Freguesia de Comporta e como substituto, Manuel António Atraca
383 Farrombão, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

384 - A Lista B, apresentada pela Bancada do PS, propôs como efetivo, Hélder Manuel Telo Montinho,
385 Presidente da Junta de Freguesia do Torrão.

386

387 A Votação foi efetuada por escrutínio secreto com 25 votantes, foi a seguinte:

388 - Lista A - 13 votos;

389 - Lista B – 11 votos;

390 - 1 voto em branco.

391

392 **Foi eleita, como efetiva, Maria José Coelho Martins, Presidente da Junta de Freguesia de**
393 **Comporta e eleito, como substituto, Manuel António Atraca Farrombão, Presidente da Junta de**
394 **Freguesia de São Martinho.**

395

396 **A proposta referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2024, foi posta à**
397 **discussão para análise e votação.**

398 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

399 **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

400 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
401 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

402

403 **Feita a introdução à proposta referente à participação variável no IRS a vigorar no ano 2024,**
404 **por parte do Presidente, foi posta à discussão para análise e votação.**

405 **Intervenções:**

406 O Deputado Eduardo Costa, disse que mantendo o valor do ano passado, não faz sentido voltar a
407 repetir tudo o que já foi dito.

408 A Deputada Inês Freitas referiu que a Lei estabelece ser uma receita dos Municípios e no Distrito
409 de Setúbal, assim como no Alentejo Litoral não há nenhum Município com taxa zero, referindo que
410 a Câmara Municipal de Alcácer do Sal, desenvolve continuamente uma política de apoios sociais,
411 sendo que este Executivo exerce uma gestão transparente, com o foco no bem estar da população,
412 tendo o Governo uma margem orçamental para promover uma política fiscal justa e que nada faz
413 nesse sentido.

414 O Deputado João Almeida, questionou qual foi a verba arrecadada em 2022 e qual a verba prevista
415 para o ano de 2023.

416 O Presidente da Câmara respondeu ao Deputado João Almeida, dizendo que a verba arrecadada
417 em 2022 pode ser consultada no Relatório de Contas. Referiu ainda que a verba para 2023 não é
418 possível dizer, pois existem variáveis que a Câmara desconhece.

419 O Deputado João Almeida referiu que a verba são cerca de 200 mil euros e de acordo com o que
420 foi dito o ano passado, uma parte desse valor poderia ter sido devolvido às famílias de Alcácer do
421 Sal.

422 O Presidente da Câmara esclareceu que o dinheiro que iria ser devolvido era para quem mais
423 ganha, não beneficiando a grande maioria das pessoas da cidade.

424 **A proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 votos contra do PS e 1**
425 **abstenção da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

426 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
427 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

428

429 **A proposta referente ao Lançamento da Derrama para 2024, foi posta à discussão para análise e**
430 **votação.**

431 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

432 **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

433 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
434 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

435

436 **A proposta referente à fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – ano 2024, foi**
437 **posta à discussão para análise e votação.**

438 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

439 **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

440 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
441 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

442

443 O Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente da Câmara que as duas propostas seguintes
444 fossem apresentadas em conjunto, para serem discutidas em conjunto e votadas em separado.

445

446 **Feita a introdução à proposta referente ao 3.º aditamento ao contrato de delegação de**
447 **competências entre a Câmara Municipal de Alcácer do Sal e o Agrupamento de Escolas de Alcácer**
448 **do Sal, por parte da Vereadora Vera Letras, foi posta à discussão para análise e votação.**

449 **Intervenções:**

450 O 1.º Secretário da Mesa pediu escusa e não participou na votação da proposta.

451 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

452 **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

453 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
454 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

455

456 **Feita a introdução à proposta referente ao 3.º aditamento ao contrato de delegação de**
457 **competências entre a Câmara Municipal de Alcácer do Sal e o Agrupamento de Escolas do Torrão,**
458 **por parte da Vereadora Vera Letras, foi posta à discussão para análise e votação.**

459 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

460 **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

461 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
462 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

463

464 **A proposta referente à 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2023, foi posta à**
465 **discussão para análise e votação.**

466 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

467 **A proposta foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 votos contra do PS e 1 voto**
468 **contra da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

469 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
470 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

471

472 **Feita a introdução à proposta referente ao Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER) dos**
473 **Montes da Comporta – prorrogação do prazo das medidas preventivas, por parte do Vereador**
474 **Manuel Vítor, foi posta à discussão para análise e votação.**

475 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

476 **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

477 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
478 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

479

480 **A informação referente ao relatório de atividades, foi posta à discussão para análise e**
481 **conhecimento.**

482 Intervenções:

483 O Deputado Eduardo Costa, disse que nas últimas duas sessões da Assembleia Municipal não
484 foram feitas sugestões sobre este relatório, mas que o faziam hoje e começou por o caracterizar
485 dizendo que é um formato muito recente, que tem vindo a engrossar, passando das 47 páginas
486 iniciais para 79, mas nem toda a informação se reporta com coerência à realidade, referiu então
487 vários exemplos do documento: ao longo do ano de 2023 há textos que se mantêm exatamente
488 iguais, no Ambiente, nas Empreitadas, no Nónio, na Intervenção Social, na Universidade Sénior e
489 muitos mais, depois, as Obras em Curso, 8 mantêm-se durante um ano, se estão em concurso, ele
490 não leva um ano, relativamente aos procedimentos da Gestão Urbanística, há quatro parágrafos
491 que se mantêm iguais, há ainda coisas que são esclarecidas, a primeira vez, depois deixam de ter
492 a sua validade, constituem exemplo a composição do Serviço Municipal de Proteção Civil e a Sala
493 Snoezelen, a Biblioteca apresenta um plano de atividades em vez de fazer, de forma sintética, o
494 relatório das suas atividades, a Comunicação por SMS não funciona, não informa as populações
495 das situações de alerta. Concluiu o deputado Eduardo Costa que sendo este um meio de
496 comunicação que a Lei determina é muito bem-vindo, mas poderia agora partir para uma forma
497 mais didática de modo a esclarecer, a informar, a ajudar os jovens, os estudantes, a população, até
498 os próprios investidores, mais economicista, aqui poder-se-ia poupar 30-40 páginas, tornando-se
499 um documento histórico, um documento para Arquivo Municipal, para as gerações futuras porque o
500 que aqui vão ler não corresponde aquilo que vão ver feito em Alcácer.

501 A Deputada Ana Paula Júlio, questionou sobre as entradas na Cripta Arqueológica e no Museu
502 Municipal, pois os números apresentados no relatório causam alguma estranheza, existindo um
503 número exato no que se refere à Cripta não se passando o mesmo no que diz respeito ao Museu.
504 Questionou quais são as iniciativas a promover para que se possa melhorar os números
505 apresentados.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

506 A Deputada Inês Freitas referiu que o relatório tem o objetivo de informar a Assembleia Municipal
507 das atividades decorrentes naquele período e quando é dito que tem mais páginas, provavelmente
508 será porque houve mais iniciativas.

509 O Deputado João Almeida referiu que se trata de um relatório que pode e deve ser melhorado,
510 exemplificando em alguns pontos, referindo ainda que este documento é de mera obrigação legal,
511 sendo um instrumento que permite aos deputados acompanhar todo trabalho que é feito.

512 O Presidente da Câmara, deu alguns esclarecimentos sobre o que foi dito e referiu que fará chegar
513 a quem de direito todas as opiniões e sugestões feitas.

514 O Deputado Eduardo Costa, disse que a posição tomada não é de criticar, mas sim de dar
515 sugestões para todos crescerem e, por conseguinte, que Alcácer cresça também.

516 **Foi tomado conhecimento da informação.**

517 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
518 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

519 **A Minuta da Ata, foi lida e aprovada por unanimidade produzindo efeitos imediatos.**

520


521 À presente sessão corresponde a gravação n.º 05/2023 arquivada nos serviços da Assembleia
522 Municipal.

523 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas vinte
524 e duas horas e quarenta e sete minutos, do dia vinte e dois de setembro do ano dois mil e vinte e
525 três. Nós, Nuno Manuel Carvalho e Maria Manuela Martins Caixas Carradinha, assistentes
526 técnicos, redigimos a presente ata, que assinamos com o Presidente da Mesa da Assembleia
527 Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal,



Os Assistentes Técnicos





APPROVADA POR
UNANIMIDADE

Sessão de 22/09/2023
A Mesa,

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Moção Travessia Fluvial Rio Sado

A travessia do Rio Sado é um elo de ligação fundamental para o desenvolvimento económico e á harmonia social da região envolvente.

Na opinião dos presidentes das Câmaras Municipais de Setúbal, Alcácer do Sal e Grândola os transportes Fluviais de passageiros e viaturas entre Setúbal e “Troia”, deveriam estar garantidos por uma empresa publica que fosse coerente com a política de preços praticado pelos associados ao Passe Navegante.

A Atlantic Ferries (empresa do Grupo Sonae) é concessionária da travessia referida em epigrafe desde Outubro de 2007, tendo esta sido prorrogada em Outubro de 2022, sem ter sido considerado o programa de apoio á redução de tarifário.

A segregação social inerente aos preços cobrados para a travessia do Sado é evidente, promovendo a exclusividade do serviço a classes privilegiadas, em detrimento do serviço publico abrangente a todas as classes sociais, que inclusive com esta política de preços os mais necessitados se encontram muitas vezes impossibilitados de usufruir de serviços de saúde e administrativos sediados em Setúbal.

Em suma, o Rio Sado deverá ser uma passagem para outra margem e não um obstáculo. O Governo que tutela as infraestruturas do transporte incluindo esta travessia, tem a responsabilidade de agir entregando a uma empresa publica o desiderato do transporte em questão.

Os eleitos da assembleia Municipal de Alcácer do Sal reunidos a 22/09/2023 deliberam:

1 Considerar que a Concessão existente entre APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra e a Atlantic Ferries, Tráfego local, Fluvial e Marítimo, S.A., empresa do grupo Sonae do transporte Fluvial entre as

margens do Sado prejudica os utentes, os trabalhadores, a região e Portugal.

2 Manifestar a sua solidariedade com as populações e as atividades económicas que, ao longo desta concessão, têm sido prejudicadas e nunca deixaram de lutar pelo direito á mobilidade entre as margens do Rio Sado

3 Considerar que o Rio Sado deve continuar a ser um elemento de aproximação entre território e não um obstáculo ao serviço de qualquer interesse particular

4 Recomendar ao Governo, que tutela a APSS, o resgate desta concessão pela ausência de cumprimento do objeto contratual- melhorar a mobilidade das pessoas e bens entre margens do rio Sado

5 Recomendar ao Governo que os utentes passem a ter acesso imediato aos benefícios estabelecidos no PART- Programa de apoio á redução Tarifária, com um serviço publico de Transporte fluvial

Alcácer do Sal, 22 de setembro de 2023

Os Eleitos da CDU

APROVADA POR RAISORIA
EM 11 VOTOS CONTRA
DO PS.

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Sessão de 22/09/2023
A Mesa,

Moção

Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação

Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública.

Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhar de famílias.

Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

Estas medidas não estão no chamado pacote “mais habitação”. Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assumpção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida a 22 de Setembro de 2023, delibera:

- Reclamar a adopção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital;
- Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;

- Exigir do Governo as acções necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes;
- Exigir que o Estado fixe, para a Caixa Geral de Depósitos, um spread máximo obrigatório de 0,25%, que traria a vantagem de arrastar o resto da banca para esta solução;
- Apelar à participação da população nas acções convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à Habitação.

Os deputados da CDU - 2023-09-22

Excelência do Trabalho, da Honestidade e da Competência



MOÇÃO – Semana Europeia da Mobilidade

O Dia Europeu Sem Carros nasceu em França em 1998, com o objetivo de sensibilizar a população e os decisores para a necessidade de reduzir o tráfego rodoviário dentro das cidades, contribuindo para melhorar a mobilidade, a qualidade de vida nas áreas urbanas e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Em 2000, a União Europeia adotou a iniciativa a nível europeu, e a data foi fixada para o dia 22 de setembro.

Os objetivos do Dia Europeu Sem Carros são sensibilizar a população para os problemas causados pelo excesso de tráfego rodoviário, como a poluição atmosférica, o ruído e o congestionamento; promover o uso de modos de transporte alternativos, mais sustentáveis; incentivar a mudança de comportamentos e a adoção de uma mobilidade urbana mais sustentável.

A cada ano, milhares de cidades de todo o mundo participam no Dia Europeu Sem Carros, fechando ruas e avenidas ao trânsito automóvel para promover o uso de modos de transporte alternativos, como o transporte público, a bicicleta, a caminhada ou a partilha de carros.

Após o sucesso do Dia Europeu sem Carros, foi lançada em 2002 a Semana Europeia da Mobilidade, durante a Semana Verde, em Bruxelas. Este ano (2023), a SEM, tem o seu espaço entre 16 a 22 de setembro.

Mais do que uma iniciativa pontual, as políticas urbanísticas e ambientais das autarquias deverão seguir as diretivas europeias, nomeadamente a diretiva 96/62/EC, relacionada com a qualidade do ar das cidades, e Alcácer do Sal não poderá ficar de fora.

Cabe à Câmara Municipal de Alcácer do Sal, coadjuvada pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, adotar políticas amigas do ambiente, perseguindo o objetivo de contribuir para a melhoria das condições ambientais em que todos vivemos e, acima de tudo, consciencializar os mais jovens para práticas sustentáveis de mobilidade e, simultaneamente, hábitos de vida saudável.

Assim, apresentam-se algumas propostas que, enquadradas na realidade do concelho, poderão sustentar essa política verde e consciente: (i) a gratuidade do Nónio na SEM; (ii) a venda promocional, nessa data, de 5 bilhetes simples pelo valor de um ou a venda de 2 passes mensais ou sociais, pelo valor de um; (iii) a sensibilização de jovens e suas famílias e de funcionários das autarquias para a utilização deste meio de transporte; (iv) a criação de ciclovias e circuitos pedonais inter-bairros; (v) a incentivação e promoção do uso de bicicletas e trotinetes nessas ciclovias, em condições de segurança; (vi) a criação de zonas de estacionamento adequado para estes meios de transporte; (vii) o alargamento dos itinerários do Nónio a outras áreas geográficas da cidade, abrangendo serviços e instituições.

Assim, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reiteram ao município a adoção de políticas urbanísticas e ambientais que corroborem com as metas definidas pelo Programa Nacional para as Alterações Climáticas.

Depois de votada e aprovada, desta moção, deve ser dado conhecimento a:

- . Sua Excelência, o Ministro do Ambiente
- . Assembleia Intermunicipal da CIMAL
- . Comunicação Social local e regional
- O Grupo Municipal do PS**

Assembleia Municipal de Alcácer do Sal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALCÁÇER DO SAL
DELIBERAÇÃO

Rejeitada por maioria
com 13 votos contra
de 0.

Sessão de 22/09/2023
A Mesa

